



EDIÇÃO 221 JUNHO 2020

**DECISÃO**

Associações  
mantêm  
atuação na  
pandemia

PÁGINA 3

Valorização da  
1ª instância  
marcou gestão  
atual do TJMG

PÁGINA 6



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram  
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

# 98,9% dos magistrados aprovam a Amagis Saúde

BRETT STEVENS/WALLPAPER FLARE

EDWINTP/PXHERE

PRESSFOTO/FREEPIK

**97,5%**

*Canais de  
atendimento*

**97,7%**

*Atenção  
à saúde*

**98,9%**

*Avaliação  
geral*

Pesquisa de satisfação realizada em abril, e divulgada em maio, revelou que 98,9% dos usuários da Amagis Saúde aprovam o plano. Os dados serão submetidos à Agência Nacional de Saúde Suplementar, que, ano após ano, reconhece a excelência do atendimento à saúde da Magistratura mineira.

**PÁGINAS 22 E 23**

## Magistrados destinam R\$ 13 milhões para o combate à Covid-19

**PÁGINAS 12 A 14**

# TJMG E A MAGISTRATURA CONSTROEM A NOVA JUSTIÇA

POR ALBERTO DINIZ\*

**“Renovamos nossas expectativas e apoio à futura gestão, que será comandada pelo colega desembargador Gilson Soares Lemes”**

Vivemos momentos históricos, alguns trágicos, ainda assim, a Magistratura mantém-se ativa, comprometida e confiante em seu papel e responsabilidades com o presente e futuro dos mineiros. Já são mais de 10 milhões de atos processuais nessa quarentena, a maioria feita de maneira remota para que os direitos do cidadão e da sociedade não sejam interrompidos.

Os magistrados estão dando resposta muito favorável na prestação jurisdicional. Além disso, destinam a aplicação de penas pecuniárias para o combate à pandemia do coronavírus, até agora, de cerca de R\$ 15 milhões. No mês passado, o Tribunal liberou, em acordos, mais de R\$ 1 bilhão em depósitos judiciais da mineradora Vale, recursos que ajudaram nas contas do Estado.

Reconhecemos também que, para alcançar os resultados positivos, os magistrados puderam contar com uma gestão administrativa de alto nível técnico, compartilhada e compe-

tente. Nos últimos dois anos, o presidente Nelson Missias de Moraes imprimiu uma administração dedicada e atenta às necessidades e anseios dos magistrados, com foco no aperfeiçoamento da 1ª Instância, que é a porta de entrada da justiça.

Com isso, o Judiciário mineiro alcançou a liderança no ranking nacional em várias modalidades de fazer justiça, em especial a conciliação. Sem dúvida, é uma combinação exitosa, que une o esforço e a dedicação dos magistrados e servidores e a competência administrativa do Tribunal, que ainda resgatou antigos direitos da classe.

A atual gestão investiu em melhores condições de infraestrutura, construção de fóruns e reformas de outros. A expansão do Processo Judicial eletrônico Cível para todas as comarcas e, no início deste mês, e a implantação do PJe Criminal inauguram conquista tecnológica mais avançada. Tudo isso deixa o Judiciário mineiro próximo da justiça sem papel, cada vez mais célere e eficaz.

Com igual entusiasmo, renovamos nossas expectativas e apoio à futura gestão, que será comandada pelo colega desembargador Gilson Soares Lemes. Com certeza, irá dar continuidade na melhoria das condições de trabalho, além de buscar outros avanços em favor de todos, especialmente dos jurisdicionados. ●

[\*] Presidente da Amagis

## ÍNDICE



- Atuação no Congresso é pauta em reunião da AMB **PÁG 03**
- Amagis divulga nota em favor de magistrada **PÁG 04**
- Alberto Diniz rejeita redução de subsídios em entrevista **PÁG 05**
- AMB orienta juízes sobre planejamento financeiro **PÁG 05**
- Gestão marcada pela intensa valorização da 1ª Instância **PÁG 06**
- Mensagem do presidente do Tribunal aos magistrados **PÁG 07**
- Gestão no TRE-MG priorizou a biometria e combate à fake News **PÁG 08**
- Parque Esportivo foi investimento na classe **PÁG 09**
- Entrevista: desembargador Alexandre Quintino Santiago **PÁG 11**
- Penas pecuniárias destinam R\$ 13 milhões contra pandemia **PÁG 12**
- Pedofilia na Quarentena: Dura Realidade **PÁG 15**
- De comarca em comarca **PÁG 16**
- Retrato de Geraldo Augusto é inaugurado pelo TJMG **PÁG 17**
- Via Justiça também é gravado pela internet **PÁG 18**

## +SAÚDE!

- Amagis Saúde é aprovada por 98,9% dos usuários **PÁG 22**
- ‘Amor à vida’ retoma consultas com prevenção **PÁG 23**

### PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

#### Vice-presidente Administrativo:

Juíza Luiz Carlos Rezende e Santos

#### Vice-presidente Financeira:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

#### Vice-presidente de Saúde:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

#### Vice-presidente dos

#### Aposentados e Pensionistas:

Juíza Marli Maria Braga Andrade

#### Vice-presidente do Interior:

Juíza Paulo Fernando Naves de Resende

#### Vice-presidente

#### Sociocultural-Esportivo:

Juíza Jorge Paulo dos Santos

#### Diretora-Secretária:

Juíza Ivone Campos Guillarducci  
Cerqueira

#### Diretor-Subsecretário:

Juíza Evandro Cangussu Melo

#### Diretora de Comunicação:

Juíza Cristiana Martins Gualberto  
Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·  
Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634  
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

#### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

#### Diagramação:

Publicare Design

#### Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# Atuação no Congresso é pauta em reunião da AMB

## Alberto Diniz participou de reunião virtual de conselheiros

REPRODUÇÃO

O isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) não tem impedido que as Associações de magistrados mantenham a interlocução em defesa da classe. Foi com esse propósito que, no dia 13 de maio, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou da reunião virtual do Conselho de Representantes da AMB.

Na ocasião, foram tratados assuntos como a tramitação de projetos no Congresso Nacional, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 10 de 2020, conhecida como PEC do Orçamento de Guerra, e a PEC 186 de 2019, chamada de PEC Emergencial. A primeira foi aprovada pelo Legislativo, que rejeitou o dispositivo sobre a redução dos salários dos servidores, e a segunda, que poderia resultar em redução salarial dos servidores públicos foi retirada de pauta pelos parlamentares.

De acordo com o presidente Alberto Diniz, essas decisões tomadas no Congresso Nacional indicam a disponibilidade dos parlamentares para o diálogo. No entanto, ele observou a importância de



**Dirigentes de Associações durante reunião virtual da AMB**

as Associações darem continuidade aos trabalhos, uma vez que as duas matérias ainda aguardam sanção presidencial.

### CAMPANHAS

Os dirigentes associativos avaliaram ainda a campanha #ajusticiãonãopara, que informa à população sobre o trabalho dos juizes para manter o Judiciário atuante, e decidiram pela manutenção dela por ter tido uma boa participação da Magistra-

tura e um retorno positivo da sociedade.

Foram discutidas também a campanha Sinal Vermelho, voltada ao combate da violência contra a mulher, que tem aumentado em função do isolamento social, a ajuda humanitária aos atingidos pelo Covid-19, promovida em parceria com o CNJ, Ajufe, Anamatra, Anoreg, e campanha institucional da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).●

Inscriva-se na lista de  
**WhatsApp** ou **Telegram**  
da Amagis para receber  
informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.



# Amagis divulga nota em favor de magistrada

## Alberto Diniz defendeu as garantias constitucionais da classe

**O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, no dia 14 de maio, nota de desagravo em favor da juíza Letícia Drumond, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Itajubá (Sul de Minas), na qual repudiou os ataques sofridos pela magistrada em razão de decisão judicial fundamentada.**

No documento, Alberto Diniz destacou: "Trata-se de uma decisão judicial exarada em ação de Execução de Obrigação de Fazer, promovida pelo Ministério Público, por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado pelo Município, CDL e Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá, termo este que visa a evitar a disseminação do coronavírus e mortes no Município de Itajubá".

Segundo o presidente da Amagis, a

juíza Letícia Drumond, em exato cumprimento da lei, apenas determinou prazo para cumprimento da obrigação, ajustada e assumida pelo município, diante da gravidade da doença e sua alta transmissibilidade, sob as cominações da lei. Alberto Diniz também ressaltou que não houve qualquer conduta excessiva praticada pela magistrada

Para o presidente Alberto Diniz, os ataques promovidos denotam, além do desconhecimento e inconformismo em relação ao conteúdo da decisão judicial, uma clara tentativa de intimidação do Poder Judiciário. "Ataques não são e nunca serão meios apropriados para a discordância das decisões judiciais e não serão tolerados, devendo seus autores responderem pelos seus atos nas esferas cíveis e criminais", afirmou.●



### Nota de desagravo em favor da juíza Letícia Drumond

A Associação dos Magistrados Mineiros (amagis), entidade representativa dos direitos e interesses dos Magistrados mineiros, vem repudiar os ataques sofridos pela magistrada Letícia Drumond, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Itajubá, no Sul de Minas, conforme divulgado pela imprensa local, inclusive EPTV/G1 Sul de Minas, e por meio das redes sociais, em razão de decisão judicial fundamentada, de modo a restabelecer a verdade e o bom nome de toda a Magistratura.

Trata-se de uma decisão judicial exarada em ação de Execução de Obrigação de Fazer, promovida pelo Ministério Público, por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado pelo Município, CDL e Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá, termo este que visa a evitar a disseminação do coronavírus e mortes no Município de Itajubá.

A decisão, em exato cumprimento da lei, nada mais fez que determinar prazo para cumprimento da obrigação, ajustada e assumida pelo Município de Itajubá, diante da gravidade da doença e sua alta transmissibilidade, sob as cominações da lei.

Não houve qualquer conduta excessiva, ilegal ou imoral praticada pela magistrada. Os ataques promovidos denotam, além do desconhecimento e inconformismo em relação ao conteúdo da decisão judicial, uma clara tentativa de intimidação do Poder Judiciário.

As decisões judiciais podem ser contestadas por meio de recursos próprios. Um Judiciário independente constitui um dos pilares do Estado Democrático de Direito, e a independência do Juiz no ato de julgar é a garantia dos cidadãos honestos e bem intencionados.

Ataques não são e nunca serão meios apropriados para a discordância das decisões judiciais e não serão tolerados, devendo seus autores responderem pelos seus atos nas esferas cíveis e criminais.

A garantia constitucional da independência da magistrada não será abalada em face desses inaceitáveis ataques intimidatórios.

Belo Horizonte, em 14 de maio de 2020.

**Desembargador Alberto Diniz Junior**  
Presidente da Amagis



## O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Ariane)



# Alberto Diniz rejeita redução de subsídios em entrevista

Declarações foram publicadas pelo jornal Hoje em Dia

**Em entrevista publicada no jornal Hoje em Dia, em 30 de maio, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, exaltou a produtividade da Magistratura mineira, mesmo atuando em trabalho remoto e foi contundente ao criticar aqueles que defendem a redução salarial da classe durante a pandemia.**

“Damos nossa cota de sacrifício”. A frase dita pelo presidente da Associação ao jornalista Evaldo Magalhães foi destacada como título da reportagem. Na entrevista, Alberto Diniz destacou números positivos do Judiciário mineiro como os mais de 10 milhões de atos processuais emitidos, cerca de 520 mil decisões e sentenças proferidas, e aproximadamente 18 mil audiências realizadas.

Alberto Diniz avaliou ainda que o trabalho remoto pode ser intensificado no Tribunal, em função dos bons resultados obtidos na pandemia. Ele destacou a iniciativa dos magistrados

IZABELA MACHADO



**Alberto Diniz exaltou a produtividade da classe na pandemia**

de reverterem recursos das penas pecuniárias, num total de R\$ 13 milhões, para o combate ao novo coronavírus.

Apontou também a iniciativa dos magistrados de destinarem recursos das penas pecuniárias, num total de R\$ 13 milhões, para o combate ao novo coronavírus. Ao responder sobre uma even-

tual redução dos subsídios, o presidente da Associação esclareceu que a irredutibilidade dos vencimentos é cláusula pétreia da constituição e que só seria possível fazer esse ajuste por meio de uma proposta de emenda constitucional. Alberto Diniz ainda avaliou que, hoje, não há ambiente político para essa mudança.●

## AMB orienta juízes sobre planejamento financeiro

Informações são enviadas por aplicativos de mensagens

**A AMB, por meio da Diretoria de Planejamento Financeiro para Magistrados, instituída na atual gestão, criou uma conta no aplicativo de mensagens Telegram para dar sugestões aos associados sobre investimentos e dar orientações, quando necessário, sobre organização financeira pessoal e familiar.**

Os juízes Paulo Alexandre Ayres de Camargo, do TJSP, e Cláudia do Espírito Santo, do TJSE, são respectivamente diretor e diretora-adjunta da nova pasta. O magistrado é planejador financeiro

certificado e pós-graduado em Finanças, Investimentos e Banking, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A juíza tem dez anos de atuação na área empresarial e é pós-graduada em Processo lato sensu pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Em boletim divulgado da Diretoria de Planejamento Financeiro para Magistrados divulgado aos associados, a AMB demonstrou preocupação com as consequências da crise instalada pelo novo coronavírus com o aumento

dos índices de desemprego, atividades industrial e comercial fracas, baixa produtividade e a possibilidade de inflação e alta dos juros.

Ainda no documento, os diretores esclarecem que, nesse quadro de instabilidade econômica, o momento é de cautela e preservação do patrimônio, evitando riscos. Entre os investimentos considerados seguros no atual contexto, a pasta aponta as Letras Financeiras do Tesouro, Fundos DI “Taxa Zero” e Tesouro Direto para a reserva de dinheiro emergencial.

Para participar do grupo, é necessário baixar o aplicativo Telegram nas lojas virtuais Google Play ou App Store. Também é preciso acessar o link [bit.ly/2WwvXVj](https://bit.ly/2WwvXVj). Os associados também podem enviar perguntas, críticas e sugestões e comentários sobre o tema para o e-mail [planejamento.financeiro@amb.com.br](mailto:planejamento.financeiro@amb.com.br). Os interessados podem solicitar o ingresso nos grupos de WhatsApp formado apenas por magistrados. Para ser incluído, o magistrado deve informar o nome completo e o Tribunal ao qual está vinculado.●

# Gestão marcada pela intensa valorização da 1ª Instância

## Presidente Nelson Missias deixa direção do TJMG neste mês

ARQUIVO AMAGIS



**Presidentes do TJMG e da Amagis com magistrados e magistradas no Fórum Lafayette, Unidade Raja**

**Dos dias 18 de maio a 9 de junho, em cerimônias reservadas devido às medidas preventivas ao novo coronavírus (Covid-19), o TJMG inaugurou as obras de dez fóruns e lançou a construção de outros seis. A modernização da infraestrutura do Judiciário mineiro e a melhoria nas condições de trabalho dos magistrados fazem parte da política de valorização da 1ª Instância implementada pelo presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, totalizando 44 novos prédios, entre obras concluídas, iniciadas e licitadas.**

A valorização da Magistratura e da interlocução com a sua legítima representante, a Amagis, foi evidenciada logo na eleição do presidente do Tribunal, em 23 de abril de 2018, quando Nelson Missias afirmou: “Quero trabalhar ao lado da Amagis”. Com essa disposição, antes mesmo de sua posse, o então presidente eleito do TJMG, acompanhado do ex-presidente da Amagis desembargador Maurício Soares, participou de um encontro inédito com juízes de Uberlândia (Triângulo Mineiro), realizado no dia 8 de junho.

O gesto se repetiu em 24 de janeiro de 2019, logo após posse do presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ao participar de reunião com juízes da unidade Raja Gabáglia do Fórum Lafayette (BH). Na ocasião, Alberto Diniz ressaltou a importância da parceria institucional e previu que a presença do presidente do Tribunal no encontro indicava que Nelson Missias, ex-presidente

da Associação, continuava sensível aos pleitos da Magistratura.

### RESULTADOS

Um dos primeiros resultados dessa interlocução permanente foi a elevação da Comarca de Pará de Minas (Região Central) à condição de entrância especial. A mudança foi aprovada por unanimidade pelo Órgão Especial do TJMG, em 23 de janeiro de 2019, uma semana após o presidente Alberto Diniz enviar ofício ao presidente do Tribunal, que, no dia 29 daquele mês, assinou resolução determinando a elevação.

Nesse mesmo dia, os presidentes Alberto Diniz e Nelson Missias foram a Brumadinho (Grande BH) levar, respectivamente, o apoio da Amagis e do TJMG aos moradores da cidade e aos juízes da comarca em consequência da tragédia provocada pelo rompimento de barragem da mineradora Vale. Para dar suporte aos juízes, foram adotadas medidas como o acionamento da ‘secretaria virtual’, possibilitando a atuação remota de juízes cooperadores e a implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em Brumadinho.

A extensão do PJe a todas as unidades judiciárias de competência cível e aos juizados especiais das 297 comarcas mineiras foi outra realização da gestão do desembargador Nelson Missias.

Além da presença constante nas comarcas do interior, Nelson Missias também se demonstrou sensível às reivindicações referentes aos direitos

da Magistratura. Em junho de 2019, ao atender pedido da Amagis, o presidente do TJMG determinou o reajuste do valor do auxílio-alimentação, o pagamento de férias-prêmio a magistrados da ativa que tinham o direito e autorizou também a quitação da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) de forma isonômica a magistrados da ativa, aposentados e pensionistas, que tinham o direito reconhecido. No mês seguinte, antecipou o pagamento do 13º salário de magistrados e servidores.

Durante a gestão de Nelson Missias, o Poder Judiciário mineiro também foi fortalecido com a admissão de 97 novos juízes. A Justiça mineira ainda foi reforçada com a inauguração de 48 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), a criação de 42 postos de atendimento pré-processual e a expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) para as 297 comarcas de Minas Gerais.

Neste ano, logo no início da pandemia Covid-19, Nelson Missias tomou todas as medidas para a prevenção da saúde dos magistrados, servidores e jurisdicionados, e para garantir a manutenção do trabalho do Judiciário com segurança. Em mensagem, à Magistratura mineira o presidente do TJMG manifestou seu sentido de dever cumprido e gratidão a todos os magistrados que, para ele, na crise do coronavírus, têm demonstrado seu compromisso com a Justiça. *Leia a mensagem do presidente do Tribunal na página ao lado.* ●

# Mensagem do presidente do Tribunal aos magistrados

## Nelson Missias agradece à Magistratura pelo apoio

REPRODUÇÃO

Obrigado, colegas

Ao nos aproximarmos dos últimos dias de gestão, dois sentimentos me dominam em relação aos colegas magistrados de toda Minas Gerais.

O primeiro é o sentimento de gratidão, pela adesão entusiástica da imensa maioria à nossa proposta de gestão compartilhada e participativa, em que procuramos estar sempre atentos às necessidades e anseios dos magistrados, que jamais encontraram a porta de meu gabinete fechada.

Posso dizer, sem hesitar, que todas as nossas deliberações ao longo desses dois anos tiveram como foco o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional aos mineiros, mas privilegiando a ótica da Primeira Instância, que é o ponto de contato, insubstituível, com o cidadão.

A Magistratura mineira sempre foi muito produtiva e eficaz, mas creio que a resposta obtida nesses dois anos superou a média histórica e o exemplo desses últimos três meses, dominados pela ditadura da pandemia do coronavírus, foi emblemático: o Poder Judiciário reagiu de forma absolutamente insuperável, entregando à sociedade resposta altamente positiva e rápida. Na origem dessa resposta, sem dúvida, esteve o esforço e a dedicação dos juizes, juntamente com os servidores e colaboradores.

O segundo sentimento é a convicção do dever cumprido. Cumprimos todos os compromissos assumidos com a Magistratura no início da caminhada, seja na provisão de melhores condições de infraestrutura, seja no resgate de dívidas relativas a antigos direitos remuneratórios.

Construímos novos fóruns, e reformamos outros, nas comarcas em que ou não existiam ou estavam em más condições de funcionamento; avançamos muito na implantação e expansão de tecnologia de informação na Primeira Instância, de que o principal exemplo é a extensão do PJe em todas as comarcas. Simultaneamente, oferecemos a todos o treinamento e o suporte adequados.

Enfim, neste momento em que deixo a função dirigente e volto à atuação jurisdicional, deixo a todos meu muito obrigado e espero retomar, com mais tempo, a convivência com os colegas de sempre.

Desembargador Nelson Missias de Moraes

Presidente do TJMG

**“Todas as nossas deliberações ao longo desses dois anos tiveram como foco o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional aos mineiros, mas privilegiando a ótica da Primeira Instância, que é o ponto de contato, insubstituível, com o cidadão”**

**“Cumprimos todos os compromissos assumidos com a Magistratura no início da caminhada, seja na provisão de melhores condições de infraestrutura, seja no resgate de dívidas relativas a antigos direitos remuneratórios”**

# Gestão no TRE-MG priorizou a biometria e combate à *fake News*

## Rogério Medeiros fez palestras em todo o Estado

CLÁUDIA RAMOS/CCS/TRE-MG

A quatro meses de concluir seu mandato, o desembargador Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG, viu-se obrigado a interromper as visitas que vinha realizando às comarcas interior do Estado, uma das metas da sua gestão no Tribunal, que tinha como objetivo aproximar o cidadão da Justiça Eleitoral, seja para divulgar o recadastramento biométrico ou combater as *fake news*.

Por outro lado, em função do enfrentamento ao novo coronavírus (Covid-19), o presidente do TRE-MG pode renovar o que ele considerada um casamento bem-sucedido da informática com a Justiça Eleitoral, implementando medidas para garantir a atuação do Tribunal Eleitoral mineiro, seja no atendimento aos candidatos, partidos e eleitores pela internet e garantindo a realização das sessões de julgamento por videoconferência.



**Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG, faz palestra sobre eleições**

Justiça Eleitoral de Minas Gerais.

Aliada na modernização da Justiça Eleitoral, a tecnologia pode trazer desafios com o combate às *fake News* ao

o desembargador Rogério Medeiros afirmou que os avanços obtidos nesse período, como a criação, em Belo Horizonte, de zonas eleitorais especializa-

**“Só tenho a agradecer. E trago a consciência tranquila, por ter dedicado muito esforço e probidade pessoal em prol da instituição que os generosos colegas desembargadores incumbiram-me de presidir”**

**Desembargador Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG**

Essa relação antiga dos Tribunais eleitorais com a informática, iniciada na década de 1980, com o alistamento eletrônico evoluindo até o cadastramento biométrico dos eleitores, teve um novo capítulo na gestão do desembargador Rogério Medeiros no TRE-MG, com a implementação do Processo Judicial Eletrônico em toda a

qual se dedicou o presidente do TRE-MG. Ele observou que, nas eleições, a Justiça Eleitoral vai ter a colaboração da Polícia Federal no combate à difusão de notícias falsas, mas ressaltou: “O importante não é censurar, mas ensinar as pessoas a identificar notícias falsas e não compartilhar”.

Perto de concluir seu mandato,

das, foram possíveis com a dedicação dos servidores e apoio dos membros da Corte Eleitoral e dos juizes eleitorais. “Só tenho a agradecer. E trago a consciência tranquila, por ter dedicado muito esforço e probidade pessoal em prol da instituição que os generosos colegas desembargadores incumbiram-me de presidir”, afirmou.●

### CONVÊNIOS

● **Editora Revista dos Tribunais**

Descontos para associados entre 10% e 80% na compra de livros.

**Telefone:** [11] 36138707

**Endereço:** Rua Bosque, 820, Barra Funda - São Paulo (SP)

**Site:** [livrariart.com.br](http://livrariart.com.br)

● **Carbel**

Descontos de 5% na compra de peças no balcão e de 15% na mão de obra, no pagamento à vista ou no cartão de crédito em parcela única. Veículos nacionais novos com descontos de até 10%. E até R\$ 10 mil de descon-

tos para as seguintes veículos premium: Jetta, Tiguan, Golf e Amarok.

**Telefones:** [31] 3280-9645 e [31] 98713-1167

**Endereço:** Av. Nossa Senhora do Carmo, 500, Sion - BH (MG)

**Site:** [carbel.com.br](http://carbel.com.br)

# Parque Esportivo foi investimento na classe

Ao lado da sede da Amagis, unidade foi inaugurada em 1984

AMAGIS



**Parque Esportivo da Amagis é opção de descanso e lazer para a Magistratura mineira**

**No dia 30 deste mês, o Parque Esportivo da Amagis completará 36 anos. As instalações do 'clubê' foram inauguradas em 1984, na primeira gestão do desembargador Lincoln Rocha (1982-1985), um ano após a conclusão da construção da sede da Amagis, em Belo Horizonte.**

A decisão do saudoso presidente da Associação de construir o parque causou apreensão em sua esposa, Maria Auxiliadora Libânio Rocha, que ficou preocupada com as condições financeiras para custeio da obra. "Ele foi ao banco, arrumou um empréstimo alto, e os colegas dele, o desembargador José Norberto e mais alguns assinaram. Quando ele chegou em casa, eu fiquei muito brava. Eu falei: você está ficando doido?", disse a pensionista em entrevista aos pesquisadores do Memorial da Amagis.

Talvez, Maria Auxiliadora não soubesse que, naquele mesmo período, seu marido havia contratado um novo profissional para a administração financeira da Amagis, o que incluía o acompanhamento das obras do Parque Esportivo. O escolhido para essa tarefa foi o hoje desembargador aposentado e diretor-tesoureiro da Associação, José Nicolau Masselli, que, naquela época, era contador, administrador e advogado.

## FINANÇAS

De acordo com Nicolau Masselli, até 1985, havia uma norma regulamentando a destinação de uma ínfima quantia das custas judiciais para a Amagis, que ajudaram a custear a obra. Ainda segundo o magistrado, os recursos provenientes do aluguel das salas da sede recém-inaugurada também foram utilizados para custear a construção.

Ao ser inaugurado, o Parque Esportivo oferecia aos associados uma estrutura com piscina, piscina infantil e piscina aquecida, salão de jogos, academia de ginástica e quadra poliesportiva. Nicolau Masselli observou que, ao longo dos anos, o Parque Esportivo passou por diversas mudanças, seja para reparar problemas causados com o desgaste do tempo ou para aprimorar a infraestrutura oferecida aos magistrados.

## CAMT

Entre essas melhorias, Nicolau Masselli destacou a construção do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito [CAMT], inaugurado em 2003, na gestão do então juiz e hoje desembargador Doorgal Andrada. Para Masselli, que foi juiz no interior por oito anos, a construção do CAMT foi uma excelente iniciativa.

Em 2009, na gestão do então juiz Nelson Missias de Moraes, hoje desembargador e presidente do TJMG, o CAMT foi modernizado e ampliado com a construção de mais um andar com novos apartamentos para a hospedagem dos magistrados do interior. As obras também incluíram a revitalização do Parque Esportivo e construção de um estacionamento exclusivo para os hóspedes do Centro de Apoio.

Na avaliação de Masselli, que testemunhou a evolução do espaço nesses 36 anos, o Parque Esportivo alcançou seu objetivo, pois nele são realizadas confraternizações da Magistratura, como o CarnAmagis. Além das festividades, no local também são realizadas atividades físicas, como as aulas de hidroginásticas e exercícios na academia, orientados pelo fisioterapeuta Roberto Barata.●

# ATUAMOS EM TODOS OS PROCESSOS DO LEILÃO



## PRÉ LEILÃO

Levantamento fotográfico, de documentação e georreferenciamento de imóveis rurais.



## AValiação

Com aplicação da metodologia do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (CONFECI) e normas da ABNT.



## EDITAL

Confecção de editais de fácil compreensão e publicação.



## INTIMAÇÃO

Providenciamos a intimação das partes, co-proprietários e credores com o objetivo de evitar qualquer nulidade.



## MÍDIAS

Divulgação em jornais de ampla circulação, rádio, tv, redes sociais (Youtube, Facebook, Instagram), sites próprios, sites de venda, telemarketing, e-mail...



## PUBLICIDADE

Personalização do plano de Marketing e análise de público alvo. Usando as características do item como influenciadora da venda.



## REALIZAÇÃO

Com sistema e plataforma exclusiva para realização de leilões eletrônicos, disponibilizamos também auditório para realização de leilões simultâneos.



## GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL

Confecção e acompanhamento do pagamento da guia de depósito judicial mesmo em casos de parcelamento.



## PÓS LEILÃO:

Fechamento do leilão com entrega de relatório detalhado ao comitente e amplo suporte aos arrematantes.

Leiloeiros devidamente cadastrados  
no sistema AJG  
Resolução 882/2018 artigo 18  
(indicação direta)



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

Contrate nossos serviços:

[www.mgl.com.br](http://www.mgl.com.br) | 37 3242-2218 | 37 99827-5613 | [leiloesmg@leiloesmg.com.br](mailto:leiloesmg@leiloesmg.com.br)



**Administração judicial com atuação  
em diversas comarcas:**

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

# GRUPO CRÉDITO

# Alexandre Quintino



**A** pandemia do Covid-19 impôs uma série de cancelamentos ou adiamentos de viagem. Para regular a relação entre empresas e consumidores, o Governo federal editou Medida Provisória [MP] 948, em abril deste ano. Na avaliação do desembargador Alexandre Quintino Santiago, 8ª Câmara Cível do TJMG, somada às regras do Código de Defesa do Consumidor e ao Código Civil, a medida equilibra as relações entre as partes. O magistrado, no entanto, observou que é preciso alguns cuidados por parte dos consumidores.

## **Quais orientações podem ser dadas ao consumidor que tem uma viagem agendada?**

O primeiro passo para um consumidor que precise adiar ou cancelar sua viagem é verificar se ele comprou um pacote em uma agência de turismo ou se os serviços foram contratados diretamente de uma companhia aérea e do hotel. Temos, portanto, duas situações diferentes. Na primeira, ele vai negociar diretamente com a agência; na segunda, ele precisará falar com cada uma das empresas contratadas.

## **No contexto da pandemia, caso o consumidor não consiga negociar está caracterizado abuso?**

A princípio, avalio que não. A questão central é que serviços como voos, passeios e hospedagem estão sendo cancelados independentemente da vontade das empresas, por um motivo de força maior, a pandemia do novo coronavírus. Por exemplo, uma pessoa pode não conseguir viajar para um determinado país, pois ele pode estar com fronteiras, aeroportos fechados e até mesmo espaço aéreo fechado. Por isso, é preciso analisar caso a caso, pois não há uma padronização para a situação que vivemos hoje.

## **A MP 948/2020 estabelece um equilíbrio na relação entre empresas e consumidores na crise vivida hoje?**

Somada às regras do Código de Defesa do Consumidor e Código Civil, a medida provisória garante esse equilíbrio na relação entre as partes. A MP dispõe sobre a possibilidade de remarcação ou cancelamento dos serviços contratados. No prazo de 12 meses, contados a partir do encerramento do estado de calamidade pública, o consumidor poderá remarcar a viagem. As empresas, por sua vez, não serão obrigadas a reembolsar o consumidor desde que assegurem a prestação do serviço ou formalizem novo acordo com o consumidor. Quando a prestação do serviço não for assegurada, ou novo acordo não for possível, o consumidor deverá ser ressarcido.

## **As empresas podem cobrar taxas e multas na remarca-**

## **ção dos serviços nessa situação?**

De acordo com a MP 948/2020, as operações de remarcação, suspensão, pedidos de devoluções em razão da pandemia não terão custo adicional, taxas ou multas ao consumidor, desde que a solicitação seja feita no prazo de 90 dias, contados a partir de 8 de abril, quando a medida provisória entrou em vigor.

## **A pandemia do novo coronavírus tem efeito nocivo sobre a economia. O que consumidor pode fazer caso a empresa venha a falir?**

Esse é um prejuízo que pode ocorrer. Em situações nas quais uma pessoa adquiriu um pacote de uma agência de turismo, é preciso observar, por exemplo, se o voo era fretado ou de comercial. Na primeira hipótese, o risco para o consumidor é maior. Ele, infelizmente, vai ter que se habilitar na falência dessa empresa. Caso o serviço contratado inclua um voo comercial, ele pode procurar tentar fazer esse voo em outro momento. Obviamente, esse vai depender de cada situação específica.

## **Como fica a situação do consumidor, quando a seguradora não aceite cobrir doenças relacionadas a pandemias?**

Quando o consumidor sabe que está viajando para um lugar de risco, ele está abrindo mão da cobertura, mas, caso ele não saiba, o direito à cobertura deve ser assegurado. Mas o grande problema é: ele vai viajar no período da pandemia? Caso ele faça essa opção, o seguro pode negar a cobertura.

## **E quando as pessoas já estão viajando para fora do país?**

Pode haver custos que não estavam previstos, como mais diárias de hospedagem e alimentação. No regresso, caso consumidor e empresa não tenham chegado a um acordo, pode ser necessário discutir qual parte irá arcar com esses custos. A princípio, teríamos um conflito de interesses entre o consumidor e do prestador de serviço. ●

# Penas pecuniárias destinam R\$ 13 milhões contra pandemia

## Recursos foram repassados para o combate ao novo coronavírus

LE02014/PIXABAY



**POR IZABELA MACHADO**

**Mais de R\$ 13 milhões já foram repassados, em 84 comarcas mineiras, por meio de prestações pecuniárias, para ajudar no combate à Covid-19 em Minas Gerais. Tão logo foi declarada a pandemia por coronavírus e o consequente isolamen-**

**aplicados prioritariamente no enfrentamento à Covid-19.**

No dia 23 de março, apenas quatro dias após a suspensão do expediente presencial, o Tribunal publicou a Portaria Conjunta 952/2020. Segundo o documento, os recursos provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal e

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, enfatizou que o momento exige a união de esforços e o comprometimento de todos para que o difícil cenário seja superado o mais breve possível. "A destinação de recursos das penas pecuniárias a projetos e instituições voltadas para ações

**“Os repasses têm tido importância fundamental, de modo especial nas comarcas do interior, em que as condições de atendimento à saúde são mais precárias. Esta é uma face a mais da atuação do TJMG, em sua busca de contribuir para a paz social”**

Nelson Missias de Moraes - presidente do TJMG

**to social no estado, com suspensão dos atendimentos presenciais pelo Poder Judiciário no dia 19 de março, o TJMG decidiu que, durante a situação de emergência em saúde pública, os recursos provenientes das prestações pecuniárias seriam**

suspensão condicional do processo nas ações criminais serão creditados em conta única para aquisição de materiais, equipamentos médicos e serviços com a finalidade de auxiliar o trabalho de prevenção ao contágio e atendimento aos infectados.

de combate ao novo coronavírus foi decisão que adotamos logo no começo, como forma de o Poder Judiciário colaborar de maneira assertiva e propositiva para buscar debelar a pandemia o mais rapidamente possível. Os repasses têm

tido importância fundamental, de modo especial nas comarcas do interior, em que as condições de atendimento à saúde são mais precárias. Esta é uma face a mais da atuação do TJMG, em sua busca de contribuir para a paz social”, destacou o presidente do Judiciário mineiro.

## MOBILIZAÇÃO

O juiz auxiliar da Presidência do TJMG e vice-presidente Administrativo da Amagis, Luiz Carlos Rezende e Santos, que integra a Comissão Especial de Prevenção ao Contágio pela Covid-19, afirmou que a preocupação com as necessidades urgentes do setor de saúde diante da pandemia e a certeza de que os juizes do Estado gostariam de auxiliar as comunidades mais carentes motivaram a rápida adoção da medida em Minas.

“A mobilização teve início com telefonemas aos colegas e veio, em coincidência, recomendação do CNJ para que fosse feito caixa único para auxiliar no enfrentamento da pandemia. Assim, as principais necessidades foram verificadas junto aos órgãos de saúde e de segurança pública. Fomos surpreendidos com necessi-

mediante articulação com as autoridades de saúde do estado, está sendo observada a Resolução 154 do Conselho Nacional de Justiça [CNJ].

De acordo com Luiz Carlos Rezende e Santos, os recursos são encaminhados aos juizes de execução penal, já que as verbas são de origem de penas pecuniárias. “Os projetos aprovados pelo Grupo de Trabalho [GT], criado pela presidência do TJMG para este fim, são submetidos ao juízo em que serão executados. Ali, o magistrado convalida a viabilidade, bem como a legitimidade da entidade, e faz os repasses. Ele também acompanha a execução e, ao final, julga as contas, ouvindo sempre o Ministério Público”, explicou o magistrado.

## BENEFICIADOS

A iniciativa do TJMG já garantiu à Santa Casa de Belo Horizonte mais de R\$ 2,1 milhões oriundos das penas pecuniárias para a compra de cinco mil testes rápidos para a Covid-19, 16 mil máscaras N95, sete ventiladores/respiradores, 15 monitores de sinais vitais e mil testes de PAINEL VIRAL.

Alves de Araújo, que encaminhou ofício ao presidente do TJMG relatando a necessidade do produto e a falta de recursos imediatos por parte do Estado para a aquisição. O GMF, supervisionado pelo desembargador Júlio Cezar Guttierrez, disponibilizou, então, R\$ 982 mil para a compra dos 40 mil litros de álcool em gel.

## INSTITUIÇÕES NO ESTADO

Hospitais e outras entidades de saúde também estão sendo beneficiados por todo o interior do estado. A Santa Casa de Misericórdia de Cláudio, único hospital da cidade, recebeu R\$ 115 mil para o combate à pandemia do novo coronavírus, manutenção dos atendimentos médicos e proteção dos profissionais da saúde local.

O juiz José Alexandre Marson Guidi afirmou que, diante da situação peculiar pela qual o mundo está passando, a destinação do valor é o mais justo e necessário a se fazer no momento. “A Santa Casa de Misericórdia de Cláudio é um hospital de caráter geral e filantrópico e tem capacidade operacional de 43 leitos,

**“Ali [no Grupo de Trabalho], o magistrado convalida a viabilidade, bem como a legitimidade da entidade, e faz os repasses. Ele também acompanha a execução e, ao final, julga as contas, ouvindo sempre o Ministério Público”**

**Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis**

dades básicas dos bombeiros, policiais penais e população prisional que não tinham possibilidade de aquisição rápida de álcool em gel, termômetros e até barbeadores”, disse o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos.

Segundo ele, os hospitais de todo o Estado, em especial as Santas Casas, apresentaram pedidos voluntários, muitas vezes já corroborados pelos juizes ou promotores de justiça, para possibilitar a aquisição de equipamentos de proteção individual, raio x, respiradores, além de logística para instalação de diversas unidades de tratamento intensivo.

Os valores oriundos das prestações pecuniárias são geridos pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário [GMF] em Minas Gerais e pela Superintendência de Saúde do TJMG. Para a destinação dos recursos e a prestação de contas,

De acordo com o Tribunal mineiro, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais [Fhemig] recebeu quase R\$ 2,5 milhões para a aquisição de 100 camas hospitalares e 15 aparelhos endoscópicos. O Departamento Penitenciário de Minas [Depen] e a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas [Suase] foram beneficiados com cerca de R\$ 410 mil para a compra de 250 termômetros de testa, a laser, e 312 mil barbeadores.

O Tribunal comprou 40 mil litros de álcool em gel que foram distribuídos a agentes penitenciários, população carcerária e ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, todos diretamente ligados ao combate da Covid-19. A necessidade emergencial foi detectada pelo secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, general Mário Lúcio

sendo que vem trabalhando constantemente para aumentar esse número, principalmente diante do aumento da procura por atendimento em razão da pandemia. O hospital depende da ajuda da sociedade. Tanto é que, rotineiramente, desenvolve campanhas de doações, mas os repasses são realizados de forma insuficiente e precária”, disse.

Em Vespasiano [Grande BH], o juiz da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais, Fábio Gameiro Vivancos, destinou mais de R\$ 187 mil oriundos do pagamento de penas pecuniárias para reforçar o combate à Covid-19. Os recursos foram utilizados para equipar oito leitos de unidade semi-intensiva do Hospital da Fundação Vespasianense de Saúde destinados exclusivamente a atender pacientes com quadro grave de Covid-19. “Os magistrados mineiros estão traba-

lhando para atender às demandas da população, principalmente as mais urgentes, neste momento tão delicado vivido por todos nós. A destinação desses recursos visa reforçar a estrutura de saúde do município para preservar a vida da população”, destacou o juiz Fábio Vivancos.

O juiz Luís Henrique Guimarães de Oliveira, da Comarca de Barão de Cocais (Leste), determinou a destinação de R\$ 45 mil para o enfrentamento da pandemia. Segundo o magistrado, a utilização da quantia tem como objetivo atender ao interesse coletivo e à situação de urgência em que se encontra o Estado. “Além disso, demonstra que as penas impostas aos réus em processos criminais estão sendo utilizadas para uma causa nobre, tendo em vista a aplicação de medidas de prevenção”, ressaltou.

## INTERESSE PÚBLICO

A Comarca de Inhapim (Vale do Rio Doce) destinou R\$ 206 mil para o combate ao novo coronavírus. A decisão foi proferida pela juíza da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, Sibebe Cristina Lopes de Sá Duarte, com aprovação do representante do Ministério Público e do juiz diretor do foro, João Fábio Bomfim Machado de Siqueira. “A medida é a mais adequada no atendimento ao interesse público atual e à pacificação da sociedade em situação emergencial, e está em consonância com as práticas que se espera do Poder Judiciário brasileiro e dos membros do Tribunal de Minas”, disse a magistrada.

As Comarcas de Santa Rita do Sapucaí e Andradas (ambas no Sul) destinaram, juntas, R\$ 91 mil de prestações pecuniárias para melhorar o atendimento de infectados pela Covid-19 que apresentassem agravamento do quadro clínico.

O juiz da 1ª Vara de Santa Rita do Sapucaí, Hélio Walter de Araújo Júnior, autorizou a transferência de R\$ 37 mil para equipar a Fundação Santaritense de Saúde e Assistência Social do município.

Em Andradas, a Santa Casa de Misericórdia, único hospital da cidade, recebeu R\$ 54 mil destinados a implementar a usina de oxigênio para os respiradores de pacientes entubados e à compra de remédios para os infectados.

As Santas Casas em Boa Esperança (Sul), Ibiá (Alto Paranaíba) e Porteirinha (Norte) também receberam, respectivamente, R\$ 200 mil, R\$ 340 mil e R\$ 53 mil – este último valor também contemplará o Hospital São Vicente de Paulo de Porteirinha.

Entre os bens que serão adquiridos, figuram leitos, central e monitor para UTI, carro de emergência para parada cardíaca, respirador, nebulizador ultrassônico, aparelho de raio X, laringoscópios, equipamentos de proteção individual, medicamentos, gasômetro, aspiradores a vácuo, marcapasso temporário, entre outros equipamentos.

Em Águas Formosas (Vale do Mucuri), o Hospital São Vicente de Paulo recebeu quase R\$ 120 mil para a compra de medicamentos, oxigênio, macacões de proteção, máscaras descartáveis e equipamentos. Em Almenara (Jequitinhonha), cerca de R\$ 50 mil vão permitir a compra, pelo Hospital Deraldo Magalhães, de colchões e camas hospitalares, óculos protetores, máscaras, monitor e aspirador para leito de UTI.

Outras instituições também receberam repasses para a compra de itens diversos, entre elas, a Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo, de Capelinha (R\$ 180 mil); o Hospital São Judas Tadeu, de Ferros (R\$ 17 mil); o Hospital Nossa Senhora das Dores, de Itabira (R\$ 300 mil); o Hospital Margarida, de João Monlevade (R\$ 200 mil); e o Hospital Lindouro Avelar, de Lagoa Santa (R\$ 137 mil).

Em Juiz de Fora (Zona da Mata), a Penitenciária José Edson Cavaliere e unidades prisionais receberam R\$ 135 mil para comprar 20 máquinas de costura para aumentar a produção de máscaras. Em Montes Claros (Norte), a Unimontes e usuários do SUS receberam mais de R\$ 162 mil para adquirir equipamentos de proteção individual e materiais para adaptação de laboratório de pesquisa para diagnóstico de vírus respiratório. A Polícia de Manhuaçu (Leste) foi beneficiada com cerca de R\$ 14,5 mil para a compra de equipamentos de segurança individual para policiais civis, como máscaras, álcool em gel e luvas. A Prefeitura de Passos (Sul) recebeu R\$ 35 mil e o Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Monte (Oeste) foi contemplado com mais de R\$ 90 mil.

Também foi aprovada a destinação de recursos para Coromandel (R\$ 157 mil); Mantena (R\$ 50 mil para o Hospital Evangélico e R\$ 50 mil para o Hospital Santa Vicente de Paulo); Pirapora (R\$ 20 mil para a Apac, para aquisição de máquinas e insumos para a fabricação de máscaras e equipamentos de segurança para entidades filantrópicas do município); e Poço Fundo (R\$ 80 mil para o Hospital de Gimirim).●

## RECURSOS POR COMARCAS

Cláudio **R\$ 115 mil**

Vespasiano **R\$ 187 mil**

Barão de Cocais **R\$ 45 mil**

Inhapim **R\$ 206 mil**

Santa Rita do Sapucaí **R\$ 37 mil**

Andradas **R\$ 54 mil**

Boa Esperança **R\$ 200 mil**

Ibiá **R\$ 340 mil**

Porteirinha **R\$ 53 mil**

Águas Formosas **R\$ 120 mil**

Almenara **R\$ 50 mil**

Capelinha **R\$ 180 mil**

Ferros **R\$ 17 mil**

Itabira **R\$ 300 mil**

João Monlevade **R\$ 200 mil**

Lagoa Santa **R\$ 137 mil**

Juiz de Fora **R\$ 135 mil**

Montes Claros **R\$ 162 mil**

Manhuaçu **R\$ 14,5 mil**

Passos **R\$ 35 mil**

Santo Antônio do Monte **R\$ 90 mil**

Coromandel **R\$ 157 mil**

Mantena **R\$ 100 mil**

Pirapora **R\$ 20 mil**

Poço Fundo **R\$ 80 mil**

# PEDOFILIA NA QUARENTENA: DURA REALIDADE

## Convivência entre vítima e agressor pode aumentar no isolamento social

MARIA CONSENTINO\*

Como juíza à frente de uma vara de violência doméstica e familiar, posso afirmar que a pedofilia é uma realidade assustadora, e o mais assustador é que os mais sórdidos abusos sexuais são praticados exatamente por aqueles que deveriam proteger a criança e o adolescente: pais, mães, avós, tios, padrastos. Situações de violência sexual no seio da família, que deveria ser um porto seguro, são mais reais do que se imagina.

A pandemia do Coronavírus infelizmente traz graves efeitos colaterais, dentre os quais se destaca a violência doméstica e os abusos sexuais contra crianças. Obviamente esse problema não é novo, mas a tensão inerente ao momento, o aumento do consumo de ál-

mes sexuais e mais de 70% foram praticados no ambiente familiar e doméstico.

Na prática, o que observamos com bastante frequência é que a vítima, por sua tenra idade, não consegue diferenciar o afetivo do erótico. À medida que cresce, começa a compreender que se trata, sim, de agressão. A partir daí, inicia-se a relação de autoridade: as ameaças e a manipulação por parte do agressor, o medo e a culpa por parte da vítima.

A pessoa que agride sempre exerce algum controle físico ou psicológico sobre sua vítima, seja por meio da força física, pela exploração da autoridade, pela manipulação. É bastante frequente que, na fase adulta, vítimas abusadas sexualmente por longo tempo criem forças para romper o silêncio.

O que mais nos estarrece é o retrato cruel revelado pelas pesquisas recentes: apenas 8% das vítimas de violência sexual chegam a registrar a ocorrência. Causa ainda mais agonia pensar que agora, na quarentena escolar, inúmeras vítimas estão no mesmo convívio do seu agressor, durante 24 horas, sendo objeto de experiências sexuais de agressores doentes, portadores de distúrbios de desejos e fantasias perversas com crianças.

Portanto, as subnotificações, intensificadas na quarentena, são de fato uma realidade. É imprescindível muita conversa dos pais e adultos próximos alertando crianças e adolescentes para esse perigo real. E o mais difícil: é preciso conscientizá-las de que o agressor pode estar no ambiente familiar ou ser alguém do convívio doméstico - pessoas próximas, não exclusivamente parentes.

Costumo dizer: quando se desconfia de algo, ainda que envolva alguém muito próximo, siga a intuição. Na dúvida, proteja sempre! Esse é o princípio que deve vigorar. Melhor prevenir do que tentar remediar mais tarde o irremediável: a recuperação de um adulto com graves

**“AS SUBNOTIFICAÇÕES, INTENSIFICADAS NA QUARENTENA, SÃO DE FATO UMA REALIDADE. É IMPRESCINDÍVEL MUITA CONVERSA DOS PAIS E ADULTOS PRÓXIMOS ALERTANDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA ESSE PERIGO REAL (A PEDOFILIA)”**

cool, o enclausuramento em um espaço restrito são gatilhos que favorecem o aumento desse desvio de comportamento.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, entre os meses de janeiro e setembro de 2019, foram registrados 2.270 estupros de vulneráveis em Minas Gerais, ou seja, oito crianças ou adolescentes até 14 anos, por dia, foram vítimas de cri-

Também é muito comum as denúncias serem feitas por professores ou parentes que começam a observar alterações no comportamento da vítima. Infelizmente, quando se descobre a triste realidade que a criança viveu ou está vivendo, ela já foi vítima de abuso sexual de longa data, e as dores e traumas estão marcados em seu psiquismo, muitas vezes de forma indelével.

problemas emocionais, sociais e sexuais. E, conseqüentemente, uma geração de pessoas emocional e espiritualmente enfraquecidas, com baixa autoestima, sem capacidade de pensamento crítico e criativo, facilmente manipuláveis.●

*[\*] Juíza do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de Belo Horizonte*



## APLICATIVO AMAGIS SAÚDE

- ✓ Consulta à rede credenciada
- ✓ Carteira virtual do plano
- ✓ Consulta do histórico de utilização (pagamentos)
- ✓ Download do demonstrativo para IRPF
- ✓ Espaço para armazenamento de prescrições (receitas e exames)
- ✓ Notícias

Login e senha para acesso ao aplicativo são os mesmos do site da AmagisSaude



DISPONÍVEL NO  
Google Play



Baixe na  
App Store

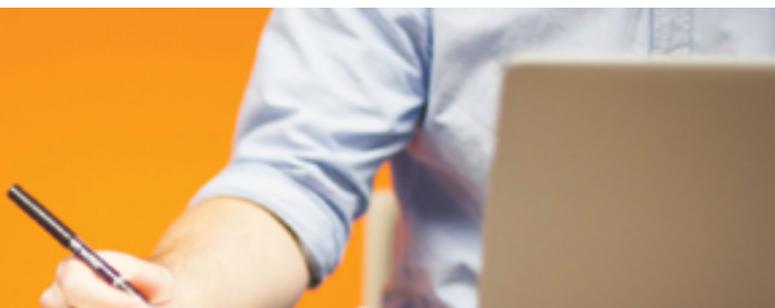


# DE COMARCA EM COMARCA

- Permuta entre os juízes Paulo Eduardo Neves, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais de Pitangui, e Rachel Cristina Silva Viégas, da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Nova Serrana
- Armando Ghedini Neto foi removido, por antiguidade, do cargo de 27º Juiz de Direito Auxiliar de Belo Horizonte para a 8ª Vara Cível da mesma comarca
- José Honório de Rezende foi promovido, por antiguidade, 1ª Vara Criminal, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da Comarca de Ibirité para o cargo de 27º Juiz de Direito Auxiliar da Comarca Belo Horizonte
- Fabrício Simão da Cunha Araújo foi removido, por merecimento, do cargo de 2º Juiz de Direito da Unidade da Jurisdicional Única da Comarca de Governador Valadares para 3ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Santa Luzia
- Pedro Cândido Fiúza Neto foi removido, por antiguidade, da 12ª Vara de Família de Belo Horizonte para a 6ª Vara Cível da mesma comarca
- Walter Zwicker Esbaille Júnior foi removido, por antiguidade, do cargo de 46º Juiz de Direito Auxiliar de Belo Horizonte para a 12ª Vara de Família da mesma comarca
- Giselle Maria Coelho de Albuquerque Araújo foi promovida, por antiguidade, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Pedro Leopoldo para o cargo de 46ª Juíza de Direito Auxiliar de da Comarca de Belo Horizonte
- Silveimar José Henriques Salgado foi removido, por merecimento, do cargo de 35º Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte para a 4ª Vara Cível da Comarca de Juiz de Fora
- Antônio Leite de Pádua foi removido, por antiguidade, da 1ª Vara de Família de Belo Horizonte para a 4ª Vara de Sucessões e Ausência da mesma comarca
- Soraya Brasileiro Teixeira foi removida, por antiguidade, do cargo de 1º presidente do 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte para a 1ª Vara de Família da mesma comarca
- Paulo Roberto Maia Alves Ferreira foi removido, por antiguidade, do cargo de 26º Juiz de Direito Auxiliar de Belo Horizonte para o cargo de 1º presidente do 1º Tribunal do Júri da mesma comarca
- Perla Saliba Brito foi promovida, por antiguidade, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Brumadinho para o cargo de 26ª Juíza de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte
- João Batista Lopes foi removido, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de São João del-Rei para 2º Cargo de Juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Juiz de Fora
- Vanessa Guimarães da Costa Vedovotto foi promovida, por antiguidade, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Ituiutaba para o 1º cargo Juíza de Direito da 1ª Unidade Jurisdicional da Comarca de Uberlândia
- Fernando Fulgêncio Felicíssimo foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível da Comarca de Divinópolis para a 24ª Vara Cível de Belo Horizonte
- José Rubens Borges Matos foi removido, por merecimento, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Paracatu para o cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da mesma comarca
- Lucas Fonseca Silveira foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Almenara para a Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Paracatu
- Thales Cazonato Corrêa foi promovido, por antiguidade, do cargo 175º Juiz de Direito Substituto, que respondia pela Comarca de Capinópolis para a 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Frutal
- Adriano de Pádua Nakashima foi removido, por merecimento, da Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais de Muriaé para cargo de Juiz de Jurisdicional do Juizado Especial da mesma comarca
- Juliano Carneiro Veiga foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Januária para a Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da Comarca de Muriaé

## Convênios

Acesse a área de convênios  
no site da Amagis e  
economize tempo e dinheiro



# Retrato de Geraldo Augusto é inaugurado pelo TJMG

## Foto de ex-presidente passa integrar a galeria

O TJMG inaugurou, no dia 20 de maio, o retrato do desembargador Geraldo Augusto de Almeida, que passou a integrar a galeria de fotos dos ex-presidentes do Tribunal. A solenidade seguiu as recomendações de prevenção ao novo coronavírus (Covid-19) e foi comandada pelo presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes. O evento contou com a participação do presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e do presidente eleito do TJ, desembargador Gilson Soares Lemes.

O desembargador Geraldo Augusto ressaltou a responsabilidade de exercer a direção do Tribunal, visando o bem comum, prestar a Justiça e manter a dignidade da instituição, do Poder Judiciário Estadual e de seus membros, magistrados de 1ª e 2ª instâncias.

Na ocasião, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias, concedeu a Medalha do Mérito Santos Dumont aos desembargado-

TIAGO PARRELA



**Alberto Diniz destacou a trajetória de Geraldo Augusto no TJ**

res Glauco Eduardo Soares Fernandes e Octávio de Almeida Neves, que não puderam participar da solenidade realizada em outubro de 2019,

na Fazenda Cabangu, em Santos Dumont. O presidente do Tribunal é membro do Conselho Permanente da medalha.●

# AMB e Conjur realizam concurso de artigos científicos

## Textos podem ser enviados até as 18h do dia 30 de junho

**Por meio do seu Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ/AMB), a AMB, em parceria com a revista eletrônica Consultor Jurídico (Conjur), está promovendo o I Concurso de Artigos Científicos. A participação é aberta a magistrados ativos, aposentados e pensionistas associados à Associação nacional.**

O concurso é coordenado pelo ministro do STJ Luís Felipe Salomão, diretor do CPJ/AMB, e tem como objetivo incentivar a produção acadêmica dos magistrados. A fim de propiciar a análise crítica das pesquisas 'Estudo

da imagem do Judiciário brasileiro' e 'Quem somos. A Magistratura que queremos', promovidas pela AMB, com a cooperação da Fundação Getúlio Vargas, os artigos inscritos deverão ser baseados nesses dois estudos.

A avaliação será às cegas, portanto, o artigo que contiver a identificação dos autores ou dados que possibilitem identificar a origem do trabalho serão desclassificados. Será declarado vencedor o artigo que receber a maior nota da comissão examinadora. Os dez trabalhos melhor pontuados serão publicados nos periódicos da AMB, e o

Conjur vai divulgar 30 textos com melhor qualificação.

As inscrições podem ser feitas até as 18h do dia 30 de junho, pelo e-mail [cpj@amb.com.br](mailto:cpj@amb.com.br). Podem ser enviados artigos com coautor que não seja membro da Magistratura, desde que produzidos com um magistrado da ativa, aposentado ou pensionista. O resultado será divulgado até o dia 30 de julho. O edital do concurso e as pesquisas 'Estudo da imagem do Judiciário brasileiro' e 'Quem somos. A Magistratura que queremos' estão disponíveis no site [amb.com.br](http://amb.com.br).●

# Via Justiça também é gravado pela internet

Iniciativa tem como objetivo manter o isolamento social

No ar há 18 anos, o programa **Via Justiça**, produzido pela Assessoria de Comunicação da Amagis em parceria com a TV Assembleia, em maio, passou a ser gravado pela internet para manter a normalidade da programação.

O primeiro Via Justiça gravado online, com a apresentação do jornalista Carlo Menezes, foi sobre o aplicativo MG Mulher, voltado à divulgação de orientações contra a violência contra mulher, que tem aumentado em decorrência da pandemia do novo coronavírus [Covid-19].

Os convidados desse primeiro programa foram a desembargadora Alice Birchal, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG, e Andreza Gomes, subsecretária de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

O Via Justiça foi criado em 2002,

REPRODUÇÃO



**Alice Birchal, Andreza Gomes e o apresentador do Via Justiça, Carlo Menezes**

durante a gestão do desembargador Doorgal Andrada, quando era chamado Via Legal. Por meio de um debate mediado pelo jornalista Carlo Menezes, o público tem a oportunidade de aprofundar sua compreen-

são sobre temas atuais a partir da perspectiva do Judiciário e demais operadores do Direito. O Via Justiça pode ser assistido na TV Assembleia e no canal da Amagis no youtube [[youtube.com/amagis/videos](https://youtube.com/amagis/videos)].●



Programa **Check-up**

**Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.**

**Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.**

Saiba mais em:  
[www.amagissaude.com.br](http://www.amagissaude.com.br)



## PENSAMENTO JURÍDICO

### Futuro do Judiciário mineiro

O Pensamento Jurídico conversa com o 1º vice-presidente eleito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador José Flávio de Almeida, que tomará posse no dia 1º de julho, sobre as expectativas para o próximo biênio 2020-2022. O Judiciário mineiro tem mais de 6 milhões de processos e seu grande desafio é dar respostas a todos eles. Qual é o tamanho dessa missão? [Foto]



### Trabalho remoto do TRE-MG

O Pensamento Jurídico entrevistou o desembargador Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG, sobre o trabalho da justiça eleitoral em tempos de pandemia. Haverá eleições municipais em outubro próximo? É sabido que 2020 vai entrar para a história como o ano da pandemia do Coronavírus. Quais os cenários possíveis da sucessão municipal?

### Justiça Militar na quarentena

Continuando com nossas gravações remotas, o Pensamento Jurídico destaca o trabalho da Justiça Militar durante a pandemia do Coronavírus. Quais foram os impactos sofridos? Quais são os desafios da nova gestão à frente do Tribunal? O nosso entrevistado é o novo presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, juiz Fernando José Armando Ribeiro.

### Penas pecuniárias x Covid-19

O juiz Fábio Gameiro Vivancos, da 2ª Vara Criminal e Execuções Penais de Vespasiano, um dos magistrados que destinaram recursos das chamadas penas pecuniárias para reforçar o combate à pandemia, é nosso convidado do Pensamento Jurídico. Já foram repassados mais de R\$ 13 milhões. O que são e qual é a origem desses recursos? Como é feita essa iniciativa?

TV COMUNITÁRIA Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

## VIA JUSTIÇA

### Programa Entrega Legal

Buscando reduzir o número de abandono de crianças, o Judiciário mineiro lançou o programa Entrega Legal. Nossas convidadas são desembargadora Valéria da Silva Rodrigues Queiroz, idealizadora do Entrega Legal, e a defensora pública Elisa Schroder Alves César, coordenadora da Defensoria Especializada de Infância e Juventude. Como foi o surgimento desse programa? [Foto]



### Divórcio no Brasil

Em outubro de 2019, a Lei 7.841, que acabou com a limitação de apenas um divórcio por pessoa no Brasil, completa 30 anos. Para discutir a história do divórcio no Brasil, sua evolução, mudanças e impactos sociais, convidamos o juiz Paulo Gastão de Abreu, da 10ª Vara de Família de Belo Horizonte, e o advogado José Roberto Moreira Filho, presidente do IBDFAM-Minas Gerais.

### Aplicativo MG Mulher

De acordo com as orientações de isolamento social, o Via Justiça conversa com a desembargadora Alice Birchall, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG - Comsiv -, e Andreza Gomes, subsecretária de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais, sobre o aplicativo MG Mulher. Como é o funcionamento deste app? Confira!

### Direito do consumidor

O Via Justiça fala sobre os cuidados e fraudes pela internet praticadas durante a pandemia do novo Coronavírus e como as relações de consumo foram afetadas nessa época. Participam do programa, a juíza Cristiana Gualberto, do Juizado Especial de Vespasiano e o coordenador do Procon-ALMG Marcelo Barbosa. Quais os cuidados para garantir segurança nesses processos virtuais?

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]



DIVULGAÇÃO

## BAÚ DE ACORDES

## Aldir, do simples ao absurdo

**Tiago Parrela** - O compositor, cronista e letrista Aldir Blanc faleceu no dia 4 de maio, aos 73 anos. Assim como os escritores Rubem Fonseca [mineiro] e Sérgio Sant'Anna [carioca], foi vítima da pandemia. E mais: "morreram de Brasil", assim como tantos outros que buscaram dar sentido e construir o País. Um sentido que vem sendo desconstruído, na desvalorização e na falta da prestação de serviços essenciais.

E o compositor Aldir Blanc sabia disso. "O Brazil tá matando o Brasil", profetizou Blanc em "Querelas do Brasil", consagrada na voz de Elis Regina, exibindo um país alheio a si próprio, sem o reco-

nhecimento de sua identidade e valores. Compôs uma das músicas que se tornaria hino em favor da redemocratização nacional. Virou símbolo da esperança equilibrada do repertório nacional, imortalizada novamente na versão de Elis, cantando "O bêbado e a equilibrista", e que, nas palavras do coautor João Bosco, a cantora se "apoderou" da canção.

Aldir festejou a vida na música "50 anos", como espécie de testamento de sua passagem, mostrando ao tempo o seu lugar, e dando voz ao seu momento, tema de outra canção, "Resposta ao Tempo".

A música "Mestre sala dos mares"

chegou a ter a feliz comparação como música de samba enredo, mas que Aldir negava ter tido essa intenção, que, segundo ele, era mais uma vontade de se fazer justiça com os personagens da história do Brasil, tecendo glória "a todas lutas inglórias". No disco "Voz noturna", pode-se ouvir criador e criatura apresentando suas visões e palavras, na voz do próprio compositor.

Com grande capacidade poética, foi chamado por Dorival Caymmi de "um ou-rives da palavra". Formado em medicina e tendo exercido a psiquiatria, foi indagado se a psiquiatria ajudava o músico, mas Aldir afirmava que era o contrário. ●

## AGENDA CULTURAL

## CLÁSSICOS DA DÉCADA DE 1990

## ● TEMPO DE DESPERTAR

No Hospital de Bainbridge no Bronx, o investigador solitário Dr. Malcolm Sayer tenta descobrir por que um grupo de pacientes diagnosticados com esquizofrenia e histeria atípica têm vivido em estado catatônico durante anos.

Duração: 120 minutos

Gênero: Drama

Elenco: Robert De Niro, Robin Williams, Julie Kavner, Ruth Nelson, John Heard, Penelope Miller, Alice Drummond, Judith Malina

Direção: Penny Marshall

Classificação: 14 anos

Plataforma: Now [Canal 1]

## ● GÊNIO INDOMÁVEL

Quando professores descobrem que um simples servente é um gênio da matemática, um terapeuta ajuda o jovem a confrontar os demônios que impedem seu desenvolvimento.

Duração: 126 minutos

Gênero: Drama

Elenco: Robin Williams, Matt Damon, Ben Affleck

Direção: Gus Van Sant

Classificação: 14 anos

Plataforma: Netflix

## FILMES INFANTIS

## ● UM ESPIÃO ANIMAL

O espião Lance Sterling e o cientista Walter Benítez se unem para salvar o mundo quando Lance se transforma em um valente, feroz e majestoso pombo!

Duração: 101 minutos

Gênero: Animação

Dublagem (Brasil): Lázaro Ramos e Taís Araújo

Direção: Nick Bruno e Troy Quane

Classificação: 10 anos

Plataforma: Now [Canal 1]

## ● CASTELO RÁ-TIM-BUM

Nino, um aprendiz de feiticeiro de 300 anos, está prestes a ser iniciado em uma cerimônia com seu tio Victor e sua tia Morgana. Mas Losangela, sua prima má, planeja um golpe para roubar todos os seus poderes.

Duração: 105 minutos

Gênero: Família

Elenco: Diego Kozievitch, Rosi Campos, Sérgio Mamberti, Marieta Severo, Pascoal Conceição,

Matheus Nachtergaele, ngela Dip, Leandro Léo, Mayara Constantino, Oscar Neto

Diretor: Cao Hamburger

Classificação: Livre

Plataforma: Now [Canal 1]

## SÉRIES CÔMICAS

## ● THE GOOD PLACE

Depois de morrer, a egocêntrica Eleanor é enviada por engano ao lado bom do Além. Agora, ela está determinada a se tornar uma pessoa melhor para continuar lá.

Elenco: Kristen Bell, Ted Danson, William Jackson Harper

Criação: Michael Schur

Plataforma: Netflix

Classificação: 16

## ● O MÉTODO KOMINSKY

O professor de teatro Sandy Kominsky e seu melhor amigo Norman Newlander enfrentam as alegrias e tristezas da velhice com muito bom humor.

Elenco: Michael Douglas, Alan Arkin, Sarah Baker

Criação: Chuck Lorre

Plataforma: Netflix

Classificação: 16

# Nutricionista dá dicas sobre alimentação saudável

## Hábitos alimentares influenciam na qualidade de vida

SANSOJA/PIXABAY



**A alimentação saudável sempre é apontada como um dos fatores para se ter uma boa qualidade de vida. Entretanto, nem sempre é possível saber como cada alimento age no organismo das pessoas, fazendo com que alguns hábitos atrapalhem o equilíbrio necessário a uma boa alimentação.**

A ingestão de carboidratos, por exemplo, é uma preocupação das pessoas que se preocupam com o ganho de peso. A nutricionista Natália Vieira

Passos, especialista em Nutrição Humana e Saúde e credenciada à Amagis Saúde, desmistifica a ideia de que os carboidratos só serviriam para engordar.

Segundo a especialista, os carboidratos são a principal fonte de energia para o corpo e importantes para o desempenho de diversas funções corporais. De acordo com ela, os carboidratos devem compor de 50% a 60% da alimentação diária e só geram ganho de peso quando

consumidos em excesso.

Para aqueles preocupados em perder peso, Natália Passos alertou que a barra de cereal não pode substituir qualquer refeição, apesar de ser um alimento nutritivo. "Podem ser utilizadas entre as principais refeições [café da manhã, almoço e jantar], como um lanchinho rápido", disse a nutricionista.

No caso das pessoas que praticam atividades físicas, a nutricionista recomendou que se hidratem a cada 20 minutos. "Para o

fornecimento de energia no músculo, há necessidade desta energia ser transformada em calor. Por isso, há o aumento da temperatura corpórea, que, por sua vez, precisa ser mantida dentro da normalidade e, para isso, o corpo regula esta variação de temperatura por meio do suor. Durante a atividade física, esta perda de líquidos é constante", disse Natália Passos, pontuando que esse cuidado também deve ser tomado durante o inverno. ●

# Amagis Saúde é aprovada por 98,9% dos usuários

## Pesquisa de satisfação foi realizada com usuários do plano

TIAGO PARRELA - ARQUIVO AMAGIS



**Presidente da Amagis, Alberto Diniz, e a vice-presidente de Saúde, Rosimere Couto, reunidos com o Conselho Gestor de Saúde**

**Ano após ano, a Amagis Saúde tem recebido nota máxima no programa de qualificação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Em abril, foi a vez de a Magistratura mineira reafirmar o reconhecimento à excelência do plano. Pesquisa de satisfação realizada, e divulgada em maio, demonstrou que 98,9% dos usuários avaliam o plano positivamente.**

De acordo com o levantamento do Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC), que tem 22 anos de atuação no mercado, o índice alcançado confere à Amagis Saúde o patamar de excelência nos serviços prestados. Os dados foram coletados por telefone em abril e divulgados em maio.

A análise dos dados, auditados pela empresa independente FJB Gestão Estratégica e Auditoria, revelou que a avaliação por gênero está tecnicamente empatada, com

uma avaliação de 100% entre as mulheres e 97,5% em meio aos homens. Quando os índices da pesquisa são observados de acordo com a faixa etária, os entrevistados de 18 a 30 anos e mais de 60 anos avaliaram o plano em 100%, os de 41 a 60 anos, em 98,5%, e os de 31 a 40 anos em 96,8%.

De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a alta taxa de aprovação é resultado do trabalho e dedicação de magistrados, gestores e colaboradores que, ao longo dos 44 anos de história da Amagis Saúde, administram o plano com responsabilidade e profissionalismo.

“O plano da Amagis Saúde é orgulho dos magistrados mineiros e referência no setor. Com a excelência em autogestão de saúde reconhecida pela ANS, a Amagis Saúde conta com uma rede credenciada de mais de dois mil profissionais, oferecendo atendimento 24 horas exclusivo aos associados. Continuaremos trabalhando incansavelmente para ampliar

IZABELA MACHADO



**“O plano da Amagis Saúde é orgulho dos magistrados mineiros e referência no setor. Continuaremos trabalhando incansavelmente para ampliar o número de credenciados, principalmente no interior”**

Alberto Diniz – presidente da Amagis

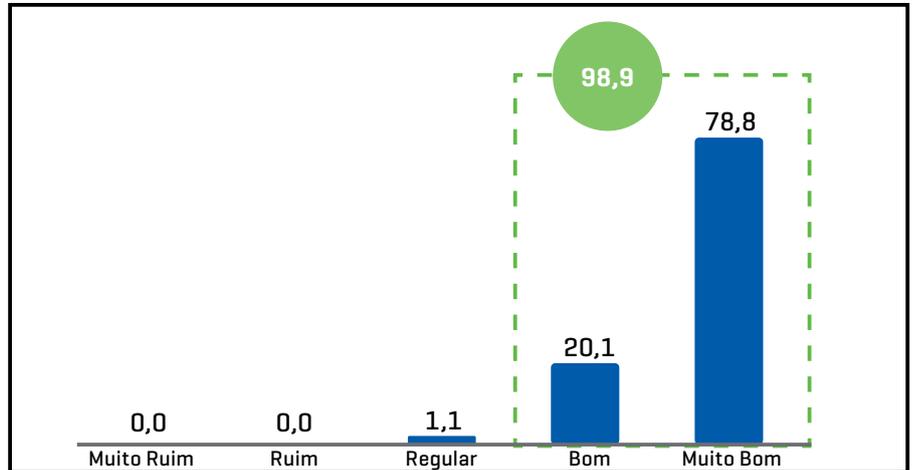
o número de credenciados, principalmente no interior, de modo a garantir um serviço cada vez melhor”, reafirmou Alberto Diniz.

Ao todo, foram feitas 20 perguntas, divididas em três blocos, desde a atenção à saúde [cuidados de saúde, atenção imediata, comunicação, atenção à saúde recebida, acesso aos prestadores], a canais de atendimento [atendimento multicanal resolatividade, documentos e formulários], satisfação geral [avaliação geral, recomendação], entre outros. De acordo com esse último quesito, 95,1% dos entrevistados recomendariam a Amagis Saúde para um familiar.

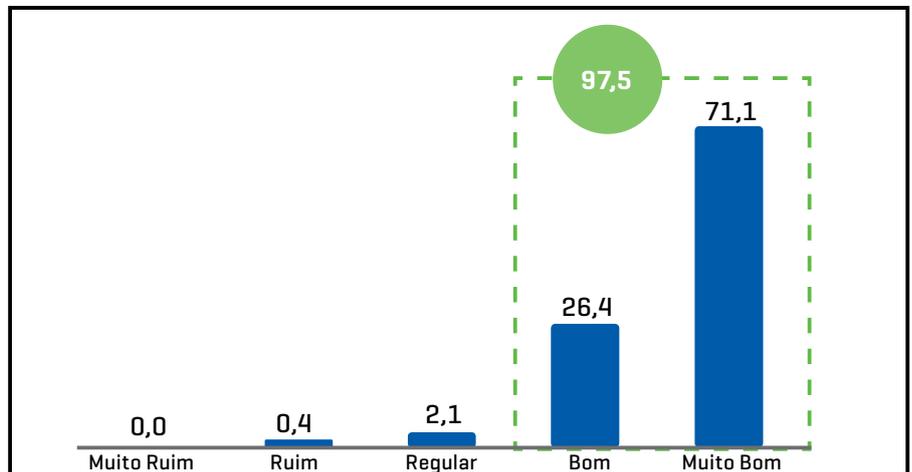
Com relação aos canais de atendimento disponibilizados, a pesquisa demonstra que 97,5% dos participantes afirmaram que, ao entrar em contato com o plano, tiveram acesso às informações solicitadas. Já no que se refere à atenção em saúde, 97,7% avaliaram positivamente a atenção recebida nos atendimentos em hospitais, laboratórios, clínicas, dentistas, médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos e outros prestadores que fazem parte da rede credenciada da Amagis Saúde.

Para a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Rosimere Couto, a avaliação positiva é resultado da qualidade do atendimento que, segundo a magistrada, é aprimorado permanentemente. “O resultado, certamente, foi em razão da excelência no atendimento feito pelo nosso plano de saúde. Estamos sempre buscando novas parcerias, extensão de atendimento e observando continuamente as regras da ANS”, comentou.

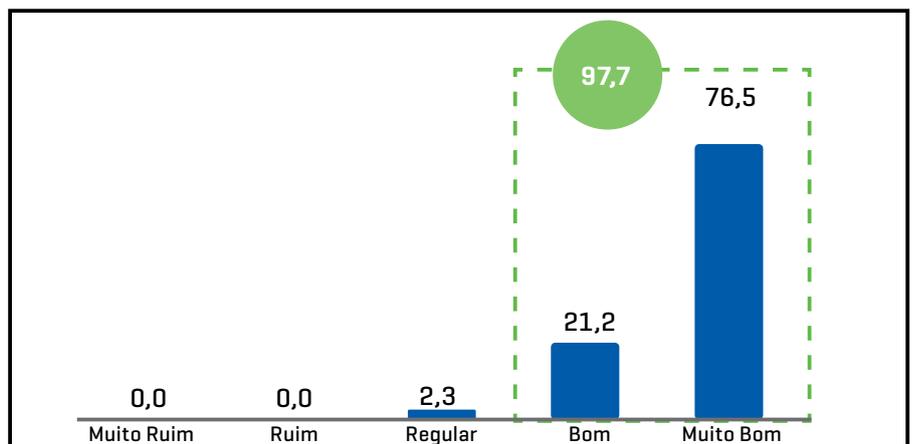
Os dados da pesquisa feita pelo do Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente, com auditoria da FJB Gestão Estratégica, estão disponíveis nos sites da Amagis e da Amagis Saúde. O estudo atende a um dos critérios do Programa de Qualificação das Operadoras promovido pela ANS, que receberá a pesquisa para inclusão na avaliação do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar. ●



**Avaliação geral**



**Canais de atendimento**



**Atenção à saúde**



“O resultado, certamente, foi em razão da excelência no atendimento feito pelo nosso plano de saúde. Estamos sempre buscando novas parcerias, extensão de atendimento e observando continuamente as regras da ANS”  
Rosimere Couto – vice-presidente de Saúde da Amagis



# + SAÚDE

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PLANTÃO TELEFÔNICO  
(31) 3079-3478  
FINAIS DE SEMANA E FERIADOS  
(31) 9 9977-2860

Notícias da Amagis pelo  
Whatsapp ou Telegram  
(31) 99881-4367

## ‘Amor à vida’ retoma consultas com prevenção

### Atendimentos seguirão normas sanitárias contra a Covid-19

**Com a adoção de medida preventiva ao novo coronavírus (Covid-19), a Amagis Saúde retomou o programa ‘Amor à Vida’, no mês passado, oferecendo atendimento presencial nos ambulatórios instalados na sede da Amagis.**

Estão sendo realizadas consultas nas áreas de cardiologia, endocrinologia, geriatria e nutrição. O atendimento odontológico foi retomado em junho, com agendamentos espaçados para a equipe de higienização ter tempo hábil para realizar a limpeza dos consultórios.

Além de adotar as medidas preventivas como a obrigatoriedade do uso de máscaras durante as consultas e disponibilizar álcool gel para os pacientes, a diretoria da

Amagis determinou que o número de atendimentos fosse reduzido e o intervalo de tempo entre uma consulta e outra, ampliado, para evitar o uso da sala de espera e o contato entre os usuários dos serviços.

#### CHECK-UP

Os usuários da Amagis Saúde que fazem aniversário neste mês, e tenham 35 anos de idade ou mais, também já podem agendar sua consulta com um das clínicas ou hospitais credenciados, em Belo Horizonte ou no interior de Minas, para realizar os exames.

Como parte das ações de prevenção à Covid-19, os aniversariantes março, abril, maio e junho poderão, excepcionalmente, marcar ou remarcar o check-up fora do



mês de aniversário até julho.

O usuário do plano deve fazer o agendamento dos exames diretamente com o prestador de serviço, com o qual deverá se informar sobre o funcionamento da clínica ou hospital escolhido e quais medidas preventivas estão sendo tomadas.

Em Belo Horizonte, os exames são realizados pela Clínica Check-up Center e Hospital Mater Dei; em Montes Claros (Norte de Minas), na Check-Up Center Norte de Minas; em Juiz

de Fora (Zona da Mata), no Hospital Monte Sinai; em Ipatinga (Vale do Aço), no Hospital Márcio Cunha, e em Uberlândia (Triângulo Mineiro), no Instituto de Patologia Clínica.

Os usuários que residem em outras comarcas devem entrar em contato com a Amagis Saúde pelo telefone (31) 3079-3499 (ramal 3407) ou pelo e-mail [checkup@amagis.com.br](mailto:checkup@amagis.com.br) para se informar sobre qual credenciado pode melhor atendê-los. ●

## DICAS AMAGIS SAÚDE

### CONSULTA ON-LINE PARA CASOS SUSPEITOS DE COVID-19

Amagis Saúde oferece aos usuários do plano uma plataforma de atendimento on-line, exclusiva, para aqueles beneficiários com suspeita de Covid-19. Trata-se de um sistema de consulta médica virtual, cujo objetivo principal é evitar que os usuários do plano saiam de casa e exponham-se ao risco de contágio em hospitais e consultórios médicos.

#### Como as consultas são realizadas?

Após responder a um questionário on-line, a consulta virtual poderá ser agendada. Para ser atendido, o usuário do plano de saúde precisa ter em mãos um documento oficial de identidade com foto e a carteira da Amagis Saúde, que serão solicitados pelo médico.

#### Quais os requisitos técnicos para a

#### consulta on-line?

O computador, notebook, tablet ou celular utilizado pelo paciente deve possuir câmera e microfone. O serviço de internet deve ter capacidade para transmissão de áudio e vídeo.

O acesso à plataforma deve ser feito com 5 minutos de antecedência do horário marcado para eventuais ajustes de vídeo e áudio para a consulta.

#### Como ter acesso à consulta on-line?

Para ter acesso à consulta on-line, o usuário do plano deve acessar o seguinte endereço eletrônico: [amagissaude.com.br/atendimento](http://amagissaude.com.br/atendimento).

#### Tire suas dúvidas

Em caso de dúvidas, o associado deve enviar e-mail para [teleconsulta@amagis.com.br](mailto:teleconsulta@amagis.com.br).